

---

## A Masculinidade em Questão: A Promoção de um Debate na Esfera Pública<sup>1</sup>

João Victor Gomes de OLIVEIRA<sup>2</sup>

Regina Célia ESCUDERO<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

### Resumo

Este artigo, resultado de uma monografia em Relações Públicas, tem como objetivo apresentar as experiências realizadas em 2018 em uma escola pública da cidade de Londrina, no Paraná, na qual foram promovidas diferentes ações junto aos estudantes de ensino médio da instituição, visando analisar e debater as concepções de masculinidade existentes entre eles. Conduzidas a partir de uma metodologia dialética, as atividades descritas foram balizadas, ainda, por uma dimensão humanista e dialógica da comunicação, fundamentada na promoção de debates pertinentes à chamada esfera pública, conferindo, ao profissional relações-públicas, as funções de intermediador cultural e facilitador de diálogos.

**Palavras-chave:** gênero; relações públicas; comunicação; masculinidade; esfera pública.

### Apresentação

“O que é ser homem?” – este é o principal questionamento apresentado nas experiências compartilhadas neste artigo. Fruto de uma inquietação pessoal, essa pergunta direcionou, desde 2017, atividades desenvolvidas enquanto estudante de Relações Públicas, em diferentes disciplinas.

Dentre essas atividades, duas se destacam. A primeira delas é um documentário intitulado “A masculinidade em questão: ser homem te define?”. Disponível no *YouTube*, trata-se de um material produzido no terceiro ano da faculdade, em 2017, na disciplina de Pesquisa de Opinião em Relações Públicas, ministrada pelo Prof. Dr. Daniel Figueiredo. Por sua vez, a segunda atividade é o trabalho de conclusão de curso realizado ao longo de 2018 e aqui relatado, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Escudero. Nele, o principal objetivo foi analisar as concepções de masculinidade existentes entre os estudantes de ensino médio do Colégio Estadual Hugo Simas, na cidade de Londrina, Paraná.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no II03 - Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da Intercom Júnior – XV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: [goliveira.joao@gmail.com](mailto:goliveira.joao@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: [reginac.escudero@gmail.com](mailto:reginac.escudero@gmail.com)

---

Em ambos os trabalhos, apesar de seu formato distinto, havia o desejo de questionar as pessoas quanto ao seu entendimento de masculinidade, incentivando discussões e reflexões sobre essa temática, que vem se popularizando tanto no debate público quanto em pesquisas científicas. Apenas para exemplificar, é possível citar autores como Aydon Edwards (2015), James Messerschmidt (2018) e Brian Heilman, Gary Barker e Alexander Harrison (2017), que, em suas pesquisas, denunciam o que se chama de concepção “tradicional” ou “heteronormativa” de masculinidade, amplamente difundida em nossa sociedade. Para esses estudiosos, tal concepção deriva de uma visão binária do gênero, entendido, aqui, como uma categoria extremamente complexa, resultante de uma construção ativa dos sujeitos, sendo, no entanto, socialmente condicionada, conforme Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015).

Essa concepção heteronormativa de masculinidade é responsável por estabelecer estereótipos de gênero a serem seguidos por homens e mulheres, com efeitos negativos para sujeitos dos dois grupos, como evidenciaremos no decorrer deste artigo. É importante ressaltar, todavia, que tanto o documentário quanto a monografia citados tiveram, como foco, as consequências dos padrões heteronormativos de masculinidade sobre aqueles que se identificam como homens. Além disso, em especial na monografia desenvolvida em 2018, a proposta de encorajar o debate acerca desse tema baseou-se em uma perspectiva de integração entre as relações públicas e a esfera pública, defendida por autoras como Jacquie L’Etang (2012), Lee Edwards e Caroline Hodges (2011), e Regina Escudero (2015), para as quais a práxis dos profissionais dessa área deveria ser reformulada a partir de um entendimento sociocultural, de modo a proteger os interesses coletivos.

Esse entendimento é reflexo da metodologia que conduziu todo o trabalho. Fundamentado em uma abordagem dialética, de caráter essencialmente crítico, buscamos unir teoria e prática, sem jamais dissociá-las. O percurso trilhado a partir dela, bem como seus reflexos também sobre os diferentes conceitos abordados, poderão ser mais bem compreendidos nos tópicos seguintes.

### **Uma compreensão socio-histórica da realidade**

Ao adotarmos a metodologia dialética para a condução da pesquisa apresentada, optamos por um fazer científico divergente do habitual. Essa metodologia, de acordo com Pedro Demo (1989), possui a historicidade como seu lócus próprio. Seu pressuposto

---

ontológico, por conseguinte, é a formulação de uma consciência crítica que reconhece as qualidades ideológicas e políticas intrínsecas à configuração da realidade.

Como resultado desse pressuposto, a dialética caracteriza-se pela rejeição à suposta neutralidade científica. Indo ao encontro do pensamento de Paulo Freire (1977, 1979), para quem por trás de toda neutralidade sempre se faz presente o comprometimento com os próprios interesses daqueles que assim se declaram, e dos grupos dos quais participam, Demo (1989) aponta que escolher ser neutro já é, em si, uma posição política. Além disso, defende ele, a “conquista humana cultural” (DEMO, 1989, p. 89) é o campo de estudo por excelência dessa abordagem.

Seguimos, em nossa compreensão de cultura, as concepções de autores como Alexei Leontiev (1978), Paulo Freire (1977, 1979) e Silvia Lane (1981), que, em seus estudos, compreendem-na como tudo aquilo que resulta da transformação da natureza pelos humanos em função de suas necessidades. Cultura, então, é “toda criação humana” (FREIRE, 1979, p. 109), e é o que faz com que homens e mulheres possam se distinguir de outros animais, cuja relação com o mundo é estática, pois não o modificam de modo contínuo. Como animais sociais, nos destacamos pela realização de um trabalho *sobre* o mundo, de caráter criador e produtivo, através do qual leis socio-históricas adquirem maior importância do que as leis biológicas.

Outro traço inerente ao pensamento dialético é a dinamicidade. Sob essa perspectiva, as análises feitas se sustentam no tripé tese (a realidade social historicamente condicionada, com elementos culturais próprios, que permitem distingui-la de outros momentos históricos), antítese (o movimento de superação da tese vigente, resultante das contradições e conflitos criados por ela) e síntese (a formação socio-histórica seguinte, resultado da superação dos conflitos da fase anterior). Para que não se simplifique excessivamente a realidade, reduzindo-a a categorias binárias, tais elementos devem sempre ser analisados em conjunto (DEMO, 1989).

Os processos de transição são, dessa maneira, intermináveis. Ainda, por enxergar os indivíduos como seres históricos, com capacidade política para agir, a dialética também valoriza, de igual modo, a teoria e a prática. Torna-se essencial, assim, a realização de práticas para a aplicação do saber científico e para o constante aprimoramento, por meio da autocrítica, de ambos. Foi com base nessas premissas que nos propusemos a investigar a temática das masculinidades, compreendendo o gênero, em primeiro lugar, como uma construção cultural.

---

## **Gênero e masculinidades: conceitos em disputa**

No ambiente acadêmico e no senso comum, diversas são as concepções de gênero existentes, variando entre aquelas consideradas mais conservadoras até as mais progressistas. Em nosso trabalho, o compreendemos como um conceito diretamente relacionado ao feminismo, movimento que parte do princípio de que existe uma subjugação histórica das mulheres com relação aos homens e, portanto, visa a sua emancipação. Tal movimento, ressalta Angela Davis (2016), é marcado por “ondas” e por pautas que com frequência demonstram discordâncias, sendo mais adequado, na realidade, falar de “feminismos”, no plural.

Na década de 1980, explica Connell (1987), as análises propostas por esses movimentos adotaram a cultura como seu elemento determinante. Essa perspectiva resultou no entendimento de que homens e mulheres eram, desde o momento do nascimento, condicionados em função de seu sexo biológico, recebendo, através de suas relações com outros sujeitos, instruções sobre como deveriam se comportar. Denominou-se esse processo de “generificação”, uma formulação imprescindível para compreender as relações de poder entre homens e mulheres e, ainda, entre os próprios homens e entre as próprias mulheres. Resulta daí a concepção de gênero aqui adotada, que o propõe como “uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 25), configurando-se como um fenômeno em constante interação com outros fatores sociais.

Nesse processo, “ser um homem ou uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 38). Como um elemento cultural, o gênero se constitui por meio de práticas que são construídas, desenvolvidas e mudadas ao longo da vida de cada sujeito, quotidianamente. Os indivíduos não possuem total controle sobre tais práticas, mas também não são totalmente passivos ao contexto em que estão inseridos.

Em função da divisão a que são submetidos, homens e mulheres são ensinados a se comportar do modo mais distinto possível. Esse processo de normatização acarreta um sistema binário de gênero, através do qual se estabelece um padrão em que, para terem sua masculinidade legitimada, os homens devem: ser autossuficientes, usar a agressão para resolver conflitos, prender-se a padrões de gênero rígidos, demonstrar força, poder, racionalidade, dominância, liderança e controle sobre suas emoções, além de serem heterossexuais, sexualmente ativos e propensos a correrem riscos. A feminilidade, por

---

sua vez, é definida como a ausência completa de tudo aquilo que é masculino (BOURDIEU, 1998; EDWARDS, 2015; HEILMAN; BARKER; HARRISON, 2017).

Chama-se a isso de uma visão tradicional ou heteronormativa do gênero. Messerschmidt (2018) define a “heteronormatividade” como a força que legal, cultural e organizacionalmente reforça a visão dualista do gênero e os estereótipos construídos a partir dela, legitimando os padrões mencionados e reprimindo, através de diferentes formas de violência, quaisquer contestações a eles. É importante apontar que, de modo geral, os homens tendem a se beneficiar de tais padrões, que lhes conferem uma posição de poder com relação às mulheres. Sem deixar de reconhecer tal fato, entretanto, vem crescendo o número de estudos direcionados à análise sobre como os próprios homens são afetados pelos estereótipos de gênero e pela hipermasculinidade que são ensinados, desde pequenos, a exercer.

A título de exemplo, a pesquisa Eles por Elas, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2016 no Brasil, demonstra a natureza essencialmente restritiva desses padrões. Nela, 53,87% dos homens participantes relata que gostaria de possuir mais liberdade para explorar hobbies, talentos ou opções profissionais pouco usuais, “sem o medo de ser julgado como pouco ambicioso, frouxo ou coisas assim” (ONU, 2016, p. 67). Expressos em diferentes níveis por meio de um conjunto de crenças transmitidas por grupos diversos, esses estereótipos têm sido debatidos em estudos que associam padrões heteronormativos de masculinidade a maiores índices de violência (CONNELL; PEARSE, 2015), a uma maior propensão ao suicídio (BILSKER; WHITE, 2011; LOUZÃ, 2018), e, ainda, a uma maior probabilidade de assediar sexualmente as mulheres (HEILMAN; BARKER; HARRISON, 2017).

A partir das considerações feitas, propomos, de modo similar ao conceito de *feminismos*, falar não de uma masculinidade, no singular, mas de *masculinidades*, no plural. E embora não sejamos inteiramente livres para formatar o gênero como quisermos, novas formas de masculinidade devem ser destacadas para garantir maior liberdade aos homens e apoiar a formulação de relações de gênero equitativas.

Entendemos que por se tratar de um fenômeno cultural, há espaço para a atuação de diferentes profissionais que trabalhem nas áreas de comunicação e cultura, sendo uma oportunidade de engajamento do profissional de relações públicas em atividades que envolvam debates públicos a respeito de variadas temáticas culturais, como as transformações nas relações de gênero e nos estereótipos masculinos.

---

## Relações públicas para a transformação social

Sob uma interpretação dialética, as contrariedades e divergências não apenas são encaradas como próprias de todos os grupos sociais, mas, ainda, como elementos fundamentais do processo comunicativo. Não se faz diálogo sem conflito, pois ele somente se realiza a partir da existência de discursos contrários, que simultaneamente se repelem e necessitam um do outro para se constituir. Se um posicionamento expressa a tese daquele momento, o outro exprime a antítese, o porvir que a ela se opõe.

Esse entendimento se fez refletir na filosofia de comunicação em que nos baseamos, tendo-a como um meio de questionamento e transformação do *status quo*, embasada em um compromisso político claro, de cunho crítico e engajado com a transformação da sociedade e almejando, ainda, a humanização dos sujeitos e o respeito ao outro através da transformação da cultura e da troca de informações.

Para tanto, faz-se necessário atenção à esfera pública, definida por Escudero (2015) como um espaço amplamente democrático e construído pelas próprias pessoas, no qual temas de interesse coletivo, presentes no cotidiano, são apresentados e debatidos. Para o campo das relações públicas, especificamente, isso demanda uma transformação da área, cujas pesquisas, historicamente, têm sido dominadas por interesses organizacionais, principalmente da área empresarial.

Como consequência, reduz-se a profissão a uma ferramenta organizacional cuja única finalidade é ajudar as altas administrações a atingirem seus objetivos, de modo que se tende a “negligenciar as consequências da prática no mundo social no qual essas organizações operam” (EDWARDS; HODGES, 2011, *tradução nossa*). Nesse sentido, L’Etang (2012) e Escudero (2015) argumentam que uma visão funcionalista tem dominado essa área, simplificando o processo comunicativo e fazendo acreditar que os grupos presentes na sociedade, conhecidos como públicos, possuem um caráter passivo.

Reside nessa visão funcionalista o objeto principal da crítica aqui apresentada à práxis de relações públicas tal qual ela existe hoje. De fato, consideramos legítima a atuação desses profissionais junto às organizações, mas não acreditamos que ela deva se limitar a esse contexto. O que propomos é que ela seja vista como parte integrante do processo comunicativo pelo qual a sociedade constrói sua realidade simbólica e material, e, por conseguinte, torne-se uma prática atenta ao contexto social. Edwards e Hodges (2011), ao explicarem que as relações públicas podem ser compreendidas como uma

---

atividade responsável por produzir, sustentar e regular os significados culturais existentes, dialogando constantemente com os públicos, respaldam essa proposição.

Esse foco nas pessoas e em suas práticas, em última instância, resulta em uma concepção dos relações-públicas como intermediadores culturais e facilitadores de diálogo, cujo papel é auxiliar a conduzir mudanças de atitude necessárias para lidar com temas significativos de nosso tempo, encorajando a sociedade como um todo a tomar parte nesse processo e questionando os privilégios existentes, bem como sua influência sobre as normas e valores vigentes. Tal concepção reconhece, como sugere Dominique Wolton (2006), o caráter inexoravelmente político da comunicação, justificado por sua centralidade em toda experiência humana. Nessa dimensão, o processo comunicativo amplia-se, deixando de significar tão somente a produção e distribuição de informações para referir-se ao diálogo e ao compartilhamento, à compreensão de si e, também, do outro (L'ETANG, 2012; WOLTON, 2006).

Para Escudero (2015), a opinião pública, campo de estudo das relações públicas, deve ser tratada a partir de seu sentido simbólico e político-transformador, o que implica o reconhecimento de que produzimos, todos, diferentes significados para o mundo, modificando-o com nossos saberes. Por isso mesmo, nenhum grupo ou indivíduo deveria ser encarado como mero receptor de ideias que já lhe chegam prontas.

De acordo com Edwards e Hodges (2011), trabalhos socioculturais de qualquer área podem se inspirar em um vasto campo de disciplinas, tais como a sociologia, política econômica, feminismo e estudos *queer*, entre outras, o que permite que se expanda o campo de estudos e de atuação das relações públicas. Com base nessas considerações e na indicação de Demo (1989) de que é no cotidiano que as contrariedades se expressam, optamos pela realização de debates sobre a temática das masculinidades no ambiente escolar, espaço integrante da esfera pública. Para tanto, baseamo-nos em uma perspectiva de construção coletiva do conhecimento.

### **O que é ser homem? – Diálogos com os estudantes do Colégio Estadual Hugo Simas**

Para nossa atuação na instituição mencionada, foi entregue, em abril de 2018, um projeto de apresentação da pesquisa à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Vieira, então diretora do colégio no período matutino e professora de Sociologia no período noturno.

Apresentamos, nesse documento, o objetivo principal do trabalho, assim como os conceitos que o embasavam, já explicitados neste artigo. Também detalhamos as duas



principais etapas da pesquisa: na primeira, de caráter quantitativo, seriam aplicados questionários, constituídos por perguntas abertas e fechadas, aos estudantes de ensino médio do colégio que se identificassem como homens. As respostas apresentadas e as concepções de masculinidade identificadas seriam utilizadas como base para a segunda etapa, na qual seriam realizadas oficinas educativas com esses estudantes para a discussão da temática investigada.

Para determinar a taxa de proporção necessária para garantir confiança aos resultados dos questionários, cuja aplicação se deu em 3 e 5 de julho, utilizamos cálculos estatísticos. Cerca de 1600 alunos frequentavam a escola em 2018, dos quais 750 eram estudantes de ensino médio, divididos em 17 turmas no período matutino e cinco no período noturno. Dentre eles, 345 eram listados pela direção da instituição como homens, levando-se em consideração a sua identidade de gênero (a forma como uma pessoa enxerga seu próprio gênero, independentemente de seu sexo biológico). Desse modo, 150 estudantes responderam, através da ferramenta *Google Forms*, as seguintes perguntas:

**Figura 1** – Questões aplicadas aos estudantes do Colégio Estadual Hugo Simas

- 1) Idade;
- 2) Série (1º ano/2º ano/3º ano);
- 3) Qual é a sua orientação sexual? (Hetero/Gay/Bissexual/Outra);
- 4) Para você, o que é ser homem?;
- 5) Você acredita que existe uma forma correta de ser homem? (Sim/Não);
- 6) Você já ouviu falar sobre igualdade de gênero? (Sim/Não);
- 7) Se sim, o que é igualdade de gênero para você?;
- 8) Em sua opinião, os homens são privilegiados por serem homens? (Sim/Não);
- 9) Você acredita que existem estereótipos masculinos?; (Sim/Não);
- 10) Você acha que os homens possuem liberdade para expressar suas emoções? (Sim/Não);
- 11) Para você, é mais provável que os homens se envolvam em atos de violência do que as mulheres?; (Sim/Não);
- 12) Você se sente pressionado a provar que é um "homem de verdade"? (Sim/Não);
- 13) Existe mais alguma opinião que quer expressar sobre o assunto? Este espaço é livre para você.

Fonte: o próprio autor (2018).

Dentre as concepções de masculinidade identificadas, 104 encaixavam-se em definições heteronormativas, com três linhas de argumento se fazendo mais frequentes: 31 de base biológica; 53 destacando características inerentes aos homens; e 20 associando masculinidade e heterossexualidade. Com relação aos demais participantes, 34 disseram não saber responder o que significava ser um homem e 12 deles propuseram concepções



positivas de masculinidade, dissidentes aos padrões tradicionais. Elencamos, nos quadros a seguir, algumas dessas respostas, relacionando-as com definições dos autores que foram referência para a construção de nossa fundamentação teórica.

**Quadro 1** – Definições tradicionais de masculinidade, conforme respostas dos estudantes

	<b>Definições teóricas e exemplos de respostas</b>	<b>Exemplos de respostas</b>
<b>Argumentos de base biológica</b>	Messerschmidt (2018) explica que é comum a redução binária do gênero ao sexo dos indivíduos, na qual se atribui ao pênis um caráter de superioridade, característica que seria própria dos homens. Contudo, complementa ele, o gênero pode ser constantemente reconstruído e até mesmo contrariar o sexo biológico.	“Nascer com o órgão masculino.”  “Nascer com órgãos masculinos e possuir nível elevado de testosterona.”
<b>Argumentos destacando características inerentes aos homens</b>	Seguindo a concepção de que há uma divisão inquestionável entre homens e mulheres, aos indivíduos de ambos os grupos passam a ser atribuídas características que eles devem apresentar. De acordo com Bourdieu (1998), tem-se, como resultado para os homens, uma busca interminável por demonstrações de virilidade, a qual ainda se faz presente como um fator indissociável do homem nas diversas manifestações culturais.	“Ser macho alfa e ter peito para enfrentar as coisas.”  “Enfrentar qualquer batalha sem fraquejar, não ter medo ou frescura e jamais abaixar a guarda para nada ou ninguém.”
<b>Argumentos relacionando masculinidade e heterossexualidade</b>	Numa visão tradicional de masculinidade, a heterossexualidade é tida como uma condição natural e irrecusável para os homens. Além disso, um dos pilares dessa construção é a ideia de “hipersexualidade”, fazendo crer que os homens devem sempre estar prontos para o sexo e dispostos a conquistar novas mulheres (HEILMAN; BARKER; HARRISON, 2017; MESSERSCHMIDT, 2018).	“Não ser bicha e bissexual. Deixar de ser um sentimentalista do caralho.”  “Sentir atração por mulheres e possuir o órgão genital masculino.”

Fonte: o próprio autor (2018).

**Quadro 2** – Definições positivas de masculinidade, conforme respostas dos estudantes

	<b>Definições teóricas</b>	<b>Exemplos de respostas</b>
<b>Definições positivas de masculinidade</b>	A construção de masculinidades positivas não exige que os homens não sejam heterossexuais ou que abandonem os postos de trabalho que ocupam hoje, por exemplo, mas, ao invés disso, que eles possam se sentir livres de rótulos e pressões danosos, sem julgamentos sobre seus comportamentos, explicam Heilman, Barker e Harrison (2017). Demanda-se, para tanto, o compromisso com a criação de versões de masculinidade que “integrem força, carinho e cuidado” (MESSERSCHMIDT, 2017, p. 154, <i>tradução nossa</i> ).	“Possuir e compreender seus sentimentos de forma que você não passe a ignorá-los.”  “Ser homem é, independentemente da sua opção sexual, respeitar tudo e a todos e contribuir positivamente para a sociedade.”

Fonte: o próprio autor (2018).

A partir de uma análise conjugada de todas as respostas, ressaltamos dois casos que nos chamaram a atenção pelas contrariedades apresentadas, comprovando a complexidade das masculinidades.

Em sua definição sobre o que é ser homem, um aluno respondeu: “ser macho alfa”, enquadrando-se um caso de masculinidade heteronormativa. Mas, ao mesmo tempo, esse aluno declarou não acreditar que existia uma única forma de ser homem, afirmando, ainda, que os homens eram privilegiados por serem homens, que homens eram mais propensos a se envolver em atos de violência do que as mulheres, que existiam estereótipos masculinos e que ele mesmo se sentia pressionado a provar sua masculinidade perante os outros. Por sua vez, um outro estudante, que havia definido sua orientação sexual como “homem”, entendia que ser homem é respeitar seu sexo e que havia uma única forma de masculinidade. Apesar disso, ele declarou que os homens não possuíam liberdade para expressar suas emoções e que ele, também, se sentia pressionado a provar para os outros que era um “homem de verdade”.

O que nos chamou a atenção nesses casos foi o dilema apresentado pelos dois estudantes, que expressaram, simultaneamente, conformidade aos estereótipos do gênero masculino e os custos de viver de acordo com eles. Confirmamos a ideia de que os padrões rígidos de masculinidade possuem “efeitos imediatos, por vezes contraditórios e

frequentemente nocivos sobre homens jovens e aqueles que estão a sua volta” (HEILMAN; BARKER; HARRISON, 2017, p. 13, *tradução nossa*). Demos início, então, à elaboração das oficinas, visando aprofundar, junto aos alunos, os temas discutidos.

Tendo em vista o caráter eminentemente relacional das construções de gênero, as implicações dos padrões tradicionais de masculinidade para as mulheres e o papel que elas também assumem na manutenção desses padrões (ou no questionamento a eles, como nas ações dos movimentos feministas), optamos por incluir as meninas de cada turma nessa etapa da pesquisa.

As oficinas aconteceram nos dias 5, 8 e 9 de outubro de 2018, com três turmas do período matutino e duas turmas do período noturno. Dando continuidade à práxis de relações públicas integrada à esfera pública em que nos fundamentamos, atuei como mediador desses encontros, buscando garantir a livre participação de todos os alunos. Cada oficina teve a duração média de 1h40 e se iniciava com a exibição do documentário “A masculinidade em questão: ser homem te define?”, utilizado para apresentar o tema das masculinidades aos estudantes e fomentar o debate entre eles. Em seguida, os principais dados dos questionários eram compartilhados e as contrariedades nas respostas de alguns meninos, já destacadas, eram apontadas. Por fim, meia hora era reservada para que os estudantes pudessem discutir a influência dos estereótipos masculinos sobre sua realidade, inicialmente em grupos menores e, depois, com a sala toda.

Ressaltamos que as oficinas, por conta de sua natureza dialógica e participativa, contribuíram para o aprofundamento de algumas questões que já haviam sido expostas nos questionários; além disso, esses encontros tornaram possível observar o caráter dialético do diálogo, defendido por Demo (1989) como necessário para que transformações sociais sejam possíveis. Tal elemento se fez notar na pluralidade de discursos e de posicionamentos apresentados pelos alunos e pelas alunas.

Salientamos que, de modo geral, a participação dos meninos foi menor do que a das meninas, que demonstraram maior abertura ao debate proposto. Em alguns momentos, foi possível observar certa resistência por parte de alguns deles à temática apresentada, como no caso de um estudante que permaneceu com fones de ouvido durante toda a exibição do documentário, ou quando alguns alunos, em outra sala, relutaram em se juntar às meninas para dar início às discussões em grupo. No que tange às concepções de masculinidades compartilhadas, todavia, notamos que construções de caráter positivo se fizeram mais presentes do que na etapa anterior da pesquisa.

Os garotos que se dispuseram a participar das discussões manifestaram questionamentos claros aos padrões heteronormativos de gênero, afirmando, por exemplo, que um homem gay não se tornava menos masculino devido a sua orientação sexual, ou, ainda, estabelecendo reprovações à divisão de profissões “masculinas” e “femininas”. Em uma turma, um estudante, ao se referir às construções binárias de gênero, disse que já havia observado como, nos filmes, era comum a existência de uma única forma de masculinidade. Ademais, alguns depoimentos indicaram a violência apresentada como resposta a dissidências aos padrões heteronormativos de masculinidade, como no caso de um garoto que contou ter sido alvo de piadas por parte de seus colegas ao se permitir demonstrar seus sentimentos e chorar em sala de aula em determinada ocasião.

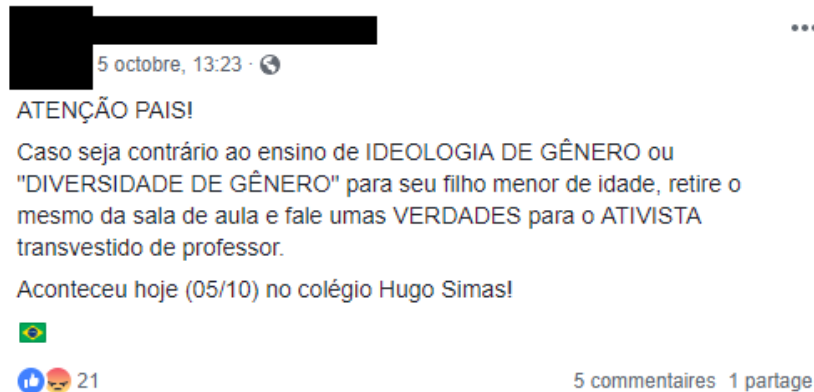
Com relação às meninas, destacamos o reconhecimento que demonstraram quanto ao “papel ativo das pessoas na criação de padrões de gênero”, como apontam Connell e Pearse (2015, p. 63), e à possibilidade de questionamento a tais padrões, ao criticarem, por exemplo, a diferenciação nas “roupas de meninos” e “roupas de meninas”. Fazendo referência ao próprio uniforme do colégio, algumas delas disseram que se sentiam muito mais confortáveis ao usar os “uniformes masculinos” e que isso não as tornava menos femininas. Já em outra sala, uma aluna disse que “os homens reclamavam demais”, não sendo capazes de aguentar tudo o que as mulheres aguentavam.

Ainda, a participação de uma estudante do período noturno corroborou a dimensão humanista e transformadora da comunicação que guiou o desenvolvimento das oficinas, pautada, como explica Wolton (2006), na expressão das ideias de cada sujeito, mas, também, no respeito à identidade dos outros interlocutores. Essa estudante contou como seu filho, pequeno, possuía apenas os brinquedos tradicionalmente definidos como masculinos, como carrinhos, e que considerava isso correto. Alguns de seus colegas, homens e mulheres, reagiram a essa fala, argumentando no sentido de que sua atitude reforçava os padrões heteronormativos de gênero. Após ouvi-los, essa mesma estudante disse jamais ter considerado que havia pessoas que pensassem de forma diferente dela.

Por fim, relatamos uma experiência com três alunas de uma turma do primeiro ano, que se recusaram a participar da oficina após terem sido orientadas por seus pais, através do celular, a se retirar da “palestra sobre sexualidade” que estava acontecendo. A atividade não foi interrompida e a diretora Mariana Vieira conversou com essas estudantes para entender seu posicionamento e lhes explicar o intuito da oficina. No entanto, no mesmo dia, foi compartilhada no *Facebook* uma publicação em que seu autor,

desconhecido, estimulava o desrespeito à liberdade dos profissionais de educação e a exclusão, da esfera pública, de temas próprios do cotidiano, bem como a marginalização de pontos de vista divergentes, essenciais para que esse espaço tenha sua vitalidade e seu caráter democrático garantidos, como indica Escudero (2015).

**Figura 2** – Publicação no *Facebook* sobre as oficinas e “ideologia de gênero”



Fonte: o próprio autor (2018).

Apesar dessas situações, frisamos a boa receptividade às oficinas pelos professores que as acompanharam e pela maioria dos estudantes, o que enfatiza a importância de espaços de diálogo para que os indivíduos possam estabelecer questionamentos aos padrões tradicionais de masculinidade e, sobretudo, reconhecer-se como agentes de transformação de suas realidades.

### **Considerações finais**

Acreditamos que as escolhas que guiaram a pesquisa apresentada podem ser compreendidas nas palavras de Wolton (2006, p. 225), quando ele diz que “escolher a comunicação, afinal, é sempre inscrever-se *contra* a segurança” (*grifo do autor*).

Ao nos posicionarmos contra a tradicional neutralidade científica, inscrevemo-nos, efetivamente, na insegurança, tanto pelo complexo fenômeno social que nos propusemos a investigar, quanto pelo paradigma crítico defendido para a atuação dos relações-públicas. Ressaltamos, nesse sentido, a importância de nosso trabalho para que se possa pensar novas perspectivas para esses profissionais, pois consideramos ser necessário estreitar a relação entre essa atividade, a sociedade e a cultura. A intermediação cultural e a facilitação de diálogos, como demonstramos, são caminhos viáveis a ser

---

explorados, expandindo as possibilidades de estudos e de atuação da área. Salientamos, ainda, que não se trata de uma crítica simplista, visando negar a atuação desses profissionais no campo organizacional.

Consideramos que, por intermédio dos instrumentos utilizados e das ações desenvolvidas, foi possível oferecer uma análise satisfatória do que os estudantes com os quais atuamos compreendiam, à época dos questionários e das oficinas, por “ser homem”. As experiências por eles relatadas corroboraram a ideia de que os padrões de gênero afetam os sujeitos de variadas formas e de que é possível repensá-los para além de sua formulação tradicional. Em suas falas, construções positivas de masculinidade e os aspectos que elas envolvem, como a livre expressão de sentimentos e a construção de uma heterossexualidade não opressora (ou mesmo a dissidência a ela) mostraram-se, em igual medida, necessárias e difíceis.

As distintas opiniões compartilhadas, variando entre a objeção ao debate por parte de alguns meninos e o posicionamento contestador aos padrões heteronormativos de masculinidade expresso por outros garotos, apoiado pela maioria das meninas, reforçaram o caráter dialético do diálogo em que nos embasamos. Entendemos, sob a perspectiva de uma comunicação que se pretende emancipadora, que a aspiração ao entendimento pleno entre os sujeitos representaria, na realidade, a supressão de contrariedades, próprias à esfera pública. De fato, a expressão de diferentes pontos de vista confirma a pertinência dos temas debatidos e constitui um incentivo para que diálogos sobre as masculinidades continuem a ocorrer, sobretudo para que se tornem recorrentes entre os próprios homens.

Por fim, retomamos os conceitos de tese, antítese e síntese, apresentados no início deste artigo. Diante da realidade socio-histórica analisada, influenciada pelos padrões binários de gênero, e das contradições geradas pelas consequências negativas de tais padrões tanto para homens quanto para mulheres, observa-se um conflito para o qual preferimos não apresentar uma síntese. Com base na perspectiva crítica que norteou todo o trabalho realizado, optamos por manter seu principal questionamento em aberto, encorajando reflexões sobre ele. Afinal, o que é ser homem?

## Referências

BILSKER, Dan; WHITE, Jennifer. The silent epidemic of male suicide. **British Columbia Medical Journal**, Canadá, v. 53, n. 10, p. 529-534, dez. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.



---

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: Uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, Robert. **Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics**. Sidney, Austrália: Allen and Unwim, 1987.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

EDWARDS, Aydon. **It's a Man's World: The Effect of Traditional Masculinity on Gender Equality**. 2015. Disponível em: <<http://www.e-ir.info/2015/03/29/its-a-mans-world-the-effect-of-traditional-masculinity-on-gender-equality/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

EDWARDS, Lee; HODGES, Caroline E. Public Relations, Society and Culture. In: **Public Relations, Society and Culture: theoretical and empirical explorations**. Londres: Routledge, 2011. Sem numeração.

ESCUADERO, Regina. **Comunicação Pública: A Voz do Cidadão na Esfera Pública - Construindo um Novo Paradigma Profissional**. Curitiba: Editora Appris, 2015. Sem numeração.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

HEILMAN, B.; BARKER, G.; HARRISON, A. **The Man Box: A Study on Being a Young Man in the US, UK and Mexico**. Washington, DC, e Londres: Promundo-US e Unilever, 2017.

L'ETANG, Jacquie. Public Relations, Culture and Anthropology: Towards an Ethnographic Research Agenda. **Journal of Public Relations Research**, Estados Unidos, v. 24, n. 2, p. 165-183, julho 2012.

LANE, Silvia. T. M. **O que é Psicologia Social: Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEONTIEV, Alexei. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOUZÃ, Mario. **A morte evitável**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, n. 131, p. 35, jul. 2018.

MESSERSCHMIDT, James W. **Hegemonic Masculinity: Formulation, Reformulation, and Amplification**. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016. **Relatório final quantitativo – Pesquisa eles por elas**. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio\\_ONU\\_ElesporElas\\_PesquisaQuantitativa2016.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio_ONU_ElesporElas_PesquisaQuantitativa2016.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2019.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.